

ENCARTE C

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º – O Serviço de Transporte Complementar Escolar - STCE/DF do Sistema de Transporte Público e Coletivo do Distrito Federal é constituído pelo serviço suplementar do Transporte Escolar que após a edição do **Decreto nº. 40.385/2020** transferiu à TCB a competência de gerir este serviço.

Art. 2º – Para fins de esclarecimentos, neste código os termos “operadores” e “infratores” referem-se aos contratados.

Art. 3º – Será regida por este Código a aplicação de penalidades ao infrator do STCE/DF, bem como a interposição, a tramitação e o julgamento dos recursos decorrentes.

Parágrafo único – A aplicação das penalidades previstas neste Código caberá ao dirigente máximo da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB.

Art. 4º – Constitui infração passível de penalidade o não cumprimento de qualquer cláusula prevista no contrato.

§ 1º – A infração poderá ser causada por ato ou omissão do operador ou por falta cometida por seus prepostos.

§ 2º – Somente os operadores, pelas infrações cometidas, estão sujeitos às penalidades previstas neste Código e nas demais normas do Distrito Federal, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis;

§ 3º – Os operadores responderão pelas infrações cometidas por seus respectivos prepostos.

Art. 5º – Cabe à TCB, através de seus agentes credenciados, exercer permanente orientação, controle, fiscalização e aplicação das penalidades sobre o Serviço de Transporte Complementar Escolar - STCE/DF, intervindo, quando e da forma que for necessária, para assegurar-lhes a manutenção e a boa qualidade do serviço.

Art. 6º – Concomitantemente à aplicação das penalidades previstas neste Código, será computado número de pontos por infração cometida, cuja contagem será digitada em cadastro específico da TCB, na proporção indicada no Anexo II.

Art. 7º – A penalidade de cassação ocorrerá conforme previsão contratual.

CAPÍTULO II

Das Penalidades

Art. 8º – As infrações aos preceitos dos Regulamentos dos serviços que compõem o STCE/DF, capituladas neste Código, sujeitarão o infrator, conforme a gravidade ou reincidência da falta, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão parcial;
- d) rescisão contratual.

§ 1º – Aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades previstas para cada infração quando duas ou mais forem simultaneamente cometidas.

§ 2º – A condição de reincidência agrava, sucessivamente, a sanção inicial correspondente à infração, conforme Anexo II.

§ 3º – No caso de a penalidade constituir-se em multa, o reincidente será punido com o aumento do valor correspondente, conforme indicado no Anexo II.

§ 4º – A penalidade de suspensão parcial da frota levará, automaticamente, ao descadastramento temporário do(s) veículo(s) junto a TCB, no período de tempo correspondente à penalidade.

§ 5º – A penalidade de rescisão do contrato levará, automaticamente, ao descadastramento definitivo do(s) veículo(s) junto a TCB.

§ 6º – Será considerado reincidente o infrator que, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores, tenham cometido a mesma infração, independente de julgamento de recurso.

§ 7º – No caso de irregularidade em veículo, além da Notificação de Irregularidade-NI, deverão ser adotados, conforme o caso, os procedimentos administrativos pertinentes a cada uma das modalidades previstas nas alíneas do art.8º.

Art. 09 – As infrações de que tratam este Código estão divididas em grupos, de acordo com a gravidade do item, conforme consta do Anexo I.

Art. 10 – As multas a serem aplicadas nos termos deste Código, terão como valores de referência o disposto no Anexo II, podendo ser alterados mediante índice de atualização oficial.

Art. 11 – Além das penalidades previstas no art.8º., a TCB poderá através de seus executores determinar a retenção imediata do veículo quando:

I – o veículo estiver sendo conduzido por pessoa não habilitado ou condutor não cadastrado pelo operador na TCB;

II – o veículo não preencher as condições de segurança exigidas pela legislação de trânsito, pelos Regulamentos dos Serviços que constituem o STCE/DF e pelas demais normas vigentes;

- III – for constatado defeito ou ausência de equipamento obrigatório;
- IV – no início da operação, o veículo não oferecer condições especificadas de manutenção, conservação, higiene ou conforto;
- V – o veículo estiver em operação sem portar AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO emitida pelo DETRAN/DF;
- VI – o veículo estiver em operação, sem portar a documentação exigida para o serviço;
- VII – existirem débitos, por parte do infrator, junto a TCB;
- VIII – o veículo estiver em operação com número de passageiros superior ao limite estabelecido em normas específicas.

Parágrafo único – A retenção do veículo somente poderá ser feita em local que não interfira na operação e que possibilite a solução do problema, ressalvados os casos de manifesta insegurança.

Art. 12 – O veículo retido será liberado para o seu retorno à operação, após a correção da falha que deu causa à retenção;

Art.13 – A CONTRATADA deverá proceder o recolhimento do veículo por determinação do executor do contrato quando:

- I – o veículo estiver em operação, descumprindo a determinação contida em NI;
- II – o veículo estiver em operação tendo atingido sua idade limite;
- III – o veículo apresentar padronização diferente, daquela estabelecida pelas normas aplicáveis;
- IV – o veículo estiver em operação sem AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO emitida pelo DETRAN/DF ou com a sua validade vencida;
- V – o veículo estiver em operação em descumprimento à determinação da TCB para que seja vistoriado;
- VI – o veículo estiver em operação sem o devido credenciamento da TCB;
- VII – o veículo estiver em operação com defeito ou ausência do velocímetro, hodômetro, tacógrafo ou demais equipamentos obrigatórios;
- VIII – o veículo estiver em operação com defeito que implique em risco para a segurança dos usuários ou do trânsito em geral;
- IX – o veículo apresentar defeito que cause poluição sonora ou atmosférica superior aos limites previstos na legislação vigente.

§ 1º – A expedição de ordem de recolhimento de veículo somente poderá ser feita em local em que o veículo não esteja transportando passageiros;

§ 2º – O recolhimento de veículo será efetuado conforme estabelecido no § 1º, salvo nos casos de acidente quando a TCB poderá assumir a custódia do veículo até a realização de perícia;

§ 3º – É vedada a circulação, a qualquer título, de veículo que teve seu recolhimento determinado pela TCB, salvo no caso de deslocamento para fins de vistoria ou reparo;

§ 4º – O executor do contrato poderá proceder ao lacre do veículo, para garantir o recolhimento do veículo;

§ 5º – O TCB poderá, ainda, proceder ao descadastramento do veículo para garantir ao estabelecido no inciso II deste artigo.

Art. 14 – A penalidade de suspensão, poderá incidir sobre parte da frota ou sobre sua totalidade.

Art. 15 – A TCB poderá solicitar ao operador o afastamento temporário de preposto, para ser submetido a curso de reciclagem, visando a melhoria de seu desempenho junto ao STCE/DF.

Art. 16 – A TCB poderá solicitar ao operador a realização de curso de reciclagem pelo preposto ou o afastamento dos serviços do STCE/DF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses ao preposto que, mesmo após o curso de reciclagem, venha a comprometer substancialmente a qualidade desejada do serviço executado, ou tenha se envolvido em situação de natureza grave.

CAPÍTULO III

Da Autuação

Art. 17 – O registro formal das irregularidades detectadas será feito pelo executor nomeado pela TCB, mediante auto de infração lavrado em formulário próprio.

§ 1º – Sempre que possível, o executor deverá solicitar a assinatura, no auto de infração, do preposto presente à ocasião;

§ 2º – A ausência da assinatura do preposto não invalida o ato do executor.

Art. 18 – O auto de infração de que trata o artigo anterior deverá conter as seguintes informações:

I – nome ou número do infrator e categoria do serviço;

II – número do veículo;

III – itinerário;

IV – dispositivo regulamentar infringido;

V – local, data e hora da autuação;

VI – descrição sucinta da infração constatada (ocorrência);

VII – assinatura ou rubrica e número da matrícula do executor que a lavrou;

VIII – assinatura do preposto, quando possível.

§ 1º – O auto de infração será entregue ao infrator ou ao preposto, através de contra recibo ou encaminhado à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, fisicamente através de recibo ou via e-mail.

§ 2º – O recebimento pelo infrator ou pelo preposto do auto de infração não significa o reconhecimento do cometimento da infração, assim como a sua ausência não invalida o ato executor.

Art. 19 – O executor, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela TCB, poderá expedir Notificação de Irregularidade-NI, de caráter não punitivo, registrando, comunicando e determinando a correção das falhas detectadas na operação.

§ 1º – Da NI deverão constar, no mínimo:

I – nome ou número do operador;

II – itinerário;

III – número do veículo;

IV – local, data e hora;

V – relação das falhas a corrigir;

VI – prazo para reapresentação ou correção das falhas;

VII – assinatura e matrícula do agente fiscal que a expediu;

VIII – assinatura do preposto, quando possível.

§ 2º – A NI deve ser entregue através de contra recibo.

CAPÍTULO IV

Da aplicação e execução das penalidades.

Art. 20 – O executor poderá lavrar auto de infração, por irregularidade constatada em documentos de controle operacional, bem como em relatório de medição do STCE/DF.

Art. 21 – A competência para aplicação das penalidades, previstas no artigo 8º deste Código, será:

I – dos executores da TCB, nos casos das alíneas “c”, “d”, e “e” do artigo 8º;

II – do Diretor Presidente da TCB nos demais casos.

Art. 22 – A TCB encaminhará ao infrator cópia de cada ato de aplicação de penalidade, através de contra-recibo, e-mail ou promoverá a ciência ao interessado por edital.

§ 1º – O edital será publicado uma única vez, em órgão da imprensa oficial do DF e afixado em dependência da TCB, franqueado ao público.

§ 2º – Considerar-se-á realizada a comunicação da autuação:

I – Se realizada através de contra recibo, na data da respectiva entrega;

II – Se realizada por edital, 10 (dez) dias contados após a publicação.

Art. 23 – A aplicação das penalidades previstas no artigo 8º será precedida de verificação da condição de reincidência e de apreciação das circunstâncias da infração que lhe deram causa, e far-se-á:

I – em procedimento sumaríssimo, no caso das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do artigo 8º;

Art. 24 – O tempo decorrido entre as datas da lavratura do auto de infração e da aplicação da penalidade correspondente será de, no máximo, 30 (trinta) dias, exceto para suspensão de delegação ou de frota e cassação de delegação ou de frota.

§ 1º – O não cumprimento do prazo previsto neste artigo poderá acarretar o arquivamento do processo, desde que aprovado pelo Colegiado da TCB, ouvido o Setor Jurídico da Empresa, com a devida fundamentação dos motivos que levaram ao não cumprimento do prazo, cabendo ao primeiro decidir sobre as punições administrativas decorrentes do descumprimento;

§ 2º – O Colegiado decidirá até a segunda reunião plenária consecutiva da data da comunicação do fato referente ao parágrafo anterior, ou, quando for o caso, justificará porque não o fez.

Art. 25 – O infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do conhecimento da aplicação da penalidade pecuniária, para apresentar o comprovante de pagamento da multa.

§ 1º – o pagamento da multa será efetuado através de Documento de Arrecadação-DAR, em qualquer agência do Banco de Brasília S.A. – BRB, no qual constará o número da comunicação ou do processo, quando possível, e o número do documento que aplicou a penalidade;

§ 2º – Decorridos 10 (dez) dias do encerramento do prazo fixado neste artigo sem que a multa tenha sido paga, será o débito encaminhado para inscrição na dívida ativa.

CAPÍTULO V

Dos Recursos.

Art. 26 – O infrator terá prazo de 10 (dez) dias, contados da data da aplicação da penalidade não pecuniária, para apresentar recurso junto a TCB.

Art. 27 – O infrator autuado poderá protocolar defesa prévia ao Diretor Presidente no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência do ato que aplicou a penalidade.

§ 1º – A autoridade recorrida proferirá sua decisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da interposição da defesa prévia, admitida a prorrogação no caso de necessidade de diligência;

§ 2º – A interposição de defesa prévia pressupõe a suspensão da penalidade aplicada até a data da decisão da autoridade recorrida.

Art. 28 – Mantida a penalidade ou não apresentada defesa prévia, o infrator poderá interpor recurso ao Diretor Presidente, mediante apresentação do comprovante de pagamento de multa, obedecidos os seguintes prazos:

I – 15 (quinze) dias a partir da data da ciência da decisão que manteve a penalidade, quando da apresentação de defesa prévia;

II – 30 (trinta) dias a partir da data da ciência da aplicação da penalidade, quando da não apresentação de defesa prévia.

Parágrafo único – O recurso de que trata este artigo será encaminhado e julgado segundo o procedimento definido, no artigo 33 deste Código.

Art. 29 – No caso de penalidade de rescisão de contrato, o contratado poderá no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do conhecimento da penalidade, apresentar recurso ao Diretor Presidente que decidirá após ouvido o Colegiado da TCB.

Art. 30 – O infrator deverá instruir o recurso com os documentos necessários a sua instrução.

Art. 31 – Será liminarmente desconsiderado o recurso, por deserção ou intempestividade.

Art. 32 – No caso de decisão pela rescisão do contrato, a interposição de recurso previsto neste Código acarretará a suspensão temporária dos efeitos da penalidade questionada.

Art. 33 – Acolhido o recurso, em qualquer instância, a autoridade que aplicou a penalidade deverá providenciar o imediato cancelamento da penalidade e, quando for o caso, o ressarcimento do valor pecuniário recolhido pelo infrator.

Parágrafo único – O ressarcimento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da decisão que o determinou no valor correspondente ao definido no Anexo II.

Art. 34 – No caso de penalidade não pecuniária, indeferido o recurso em última instância, a penalidade deverá gerar seus efeitos no prazo máximo de 10 (dez) dias da ciência do respectivo ato.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 35 – As penalidades por infração, a este Código e às demais normas, serão cadastradas pela TCB.

Art. 36 – O curso de reciclagem será aplicado ao infrator conforme o disposto no regulamento do serviço a que pertença.

Art. 37 – A solicitação de afastamento de preposto implicará o imediato cancelamento da matrícula deste no cadastro da TCB.

Art. 38 – Os procedimentos estabelecidos neste Código, incluindo-se os constantes dos Anexos, estendem-se aos veículos reservas.

Art. 39 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Presidente que decidirá após ouvido o Colegiado da TCB

Art. 40 – Este Código entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 41 – Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

01 - INFRAÇÕES GERAIS

- 01.01 Abastecer o veículo quando em operação de linha. A
- 01.02 Colocar acessórios ou inscrições, ou vincular publicidade, avisos ou cartazes, sem a prévia autorização da TCB. A
- 01.03 Condutor conversar com passageiro/monitor, estando o veículo em movimento, exceto para prestar informação. A
- 01.04 Deixar de comunicar a TCB alterações contratuais ou mudanças de membro da Diretoria. A
- 01.05 Deixar de comunicar a TCB, no prazo estipulado por este, acidente envolvendo veículo de sua propriedade, cadastrado no Departamento. A
- 01.06 Efetuar reparos no veículo, em via pública, salvo pequenos reparos. A
- 01.07 Fumar ou permitir que fumem no interior do veículo. A
- 01.08 Não prestar informação a passageiro e pais de alunos ou fazê-lo de forma incorreta. A
- 01.09 Não tratar com urbanidade, passageiro, colega de trabalho ou público em geral. A
- 01.10 Permitir preposto atuar em serviço em condições inadequadas de asseio, não devidamente uniformizado ou não identificado. A
- 01.11 Transportar pessoa visivelmente embriagada, drogada, ou que de alguma forma comprometa a segurança ou o conforto de passageiro. A
- 01.12 Não observar horário de viagem determinado pela TCB (furo de horário).A
- 01.13 Não observar a lotação de veículo. A
- 01.14 Condutor parar veículo afastado do meio-fio ou fora da baia ou acostamento, quando do embarque e desembarque de passageiros. B
- 01.15 Deixar de providenciar, no caso de interrupção de viagem, meios imediatos de transporte de passageiros. B
- 01.16 Não adotar as providências contidas em notificação de irregularidade expedida pela TCB. B
- 01.17 Não cumprir instrução ou ordem de serviço, bem como norma emanada

de órgão competente, não itemizada neste Código. B

- 01.18 Não executar o plano de manutenção preventiva de veículo, recomendado pelo fabricante e/ou pela TCB. B
- 01.19 Não participar de ou dificultar a implementação de programa de treinamento, estabelecido pela TCB. B
- 01.20 Não portar documento obrigatório e/ou recusar a apresentação de documento solicitado por agente da TCB. B
- 01.21 Trafegar veículo com porta aberta. B
- 01.22 Transportar ou permitir o transporte, no veículo em serviço, de animal ou planta de médio ou grande porte, material combustível ou inflamável, mercadoria ou produto químico corrosivo, mercadoria ou produto que exale odor desagradável, e demais mercadorias ou produtos que comprometam ou possam afetar a comodidade ou a segurança de passageiros. B
- 01.23 Transportar passageiro de forma que comprometa a sua segurança ou a dos demais. B
- 01.24 Utilizar preposto cadastrado na TCB em atividade de empresa não pertencente ao STCE/DF. B
- 01.25 Não realizar viagem determinada pela TCB (furo de viagem). B
- 01.26 Utilizar veículo fora das especificações técnicas estabelecidas pela TCB. B
- 01.27 Utilizar na operação preposto não cadastrado na TCB. C
- 01.28 Apresentar documentação adulterada, ou prestar informações inconsistentes e/ou falsas a TCB. C
- 01.29 Coagir, agredir ou tentar agredir, moral ou fisicamente, qualquer agente da TCB, passageiro ou colega de trabalho. C
- 01.30 Colocar em operação veículo que tenha sido retido, recolhido, apreendido, requisitado para vistoria, ou que não tenha sido reapresentado após defeito detectado na vistoria. C
- 01.31 Conduzir o veículo de forma a criar risco à segurança de passageiro, de pedestre ou de outro veículo. C
- 01.32 Deixar de encaminhar veículo para perícia, quando solicitado ou determinado pela TCB. C
- 01.33 Deixar de prestar socorro a passageiro ferido em caso de acidente, ou

não prestar auxílio a veículo do Sistema envolvido em acidente. C

- 01.34 Deixar de utilizar ou não providenciar, a substituição ou reparo do equipamento de controle da operação, avariado ou com defeito, no prazo estabelecido pela TCB. C
- 01.35 Desautorizar o agente da TCB ou dificultar a sua ação fiscalizadora. C
- 01.36 Fazer uso de bebida alcoólica ou substância estupefaciente em serviço, no intervalo de jornada ou antes de entrar em serviço. C
- 01.37 Utilizar preposto nos serviços do STCE/DF sem o treinamento exigido pela TCB e/ou preposto inabilitado. C
- 01.38 Permitir que se instale, junto aos serviços sob sua responsabilidade, a situação de “lockout”, ou interromper, parcial ou totalmente, a operação dos serviços. C
- 01.39 Manter em serviço preposto cujo afastamento, temporário ou definitivo, tenha sido solicitado pela TCB. C
- 01.40 Não manter em circulação o número de veículos previamente estabelecidos pela TCB, para a operação. C
- 01.41 Não manter seguro contra risco de responsabilidade civil, que dê cobertura a passageiros e a terceiros. C
- 01.42 Não prestar serviço em rota ou horário especial, segundo especificação estabelecida pela TCB. C
- 01.43 Operar com veículo não cadastrado pela TCB no respectivo serviço. C
- 01.44 Impedir realização de levantamentos de informações, de estudo ou de auditoria, ou deixar de colaborar, quando solicitado pela TCB. C
- 01.45 Portar ou manter, no veículo em serviço, arma de qualquer espécie. C
- 01.46 Retirar do local veículo envolvido em acidente com vítima, sem prévia autorização da autoridade competente. C
- 01.47 Utilizar no veículo combustível não autorizado pelo Departamento Nacional de Combustíveis ou por órgão similar ou congênere. C
- 01.48 Utilizar o veículo do STCE/DF para quaisquer outros fins não autorizados pela TCB. C
- 01.49 Operar com frota diferenciada da especificada no termo de permissão. C
- 01.50 Descumprir o estabelecido na Planilha Tarifária, nos termos dos itens considerados na composição dos custos.

02 - INFRAÇÕES RELATIVAS A VEÍCULOS

- 02.01 Defeito que implique em desconforto para os passageiros. A
- 02.02 Falta de higiene no interior do veículo, antes do início da operação. A
- 02.03 Falta da pala interna (quebra sol). A
- 02.04 Falta ou defeito parcial da iluminação interna ou do painel de itinerário. A
- 02.05 Ausência de AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO do DETRAN. B
- 02.06 Defeito no funcionamento em porta de embarque ou desembarque ou em saída de emergência. B
- 02.07 Falta ou defeito em para-brisa ou janelas (estrutura ou vidro). B
- 02.08 Falta ou defeito em corrimão interno ou em balaústre para embarque ou desembarque de passageiro. B
- 02.09 Falta ou defeito em forro interno (teto ou lateral) ou do assoalho. B
- 02.10 Falta ou defeito em assento ou encosto de banco. B
- 02.11 Falta ou defeito em indicador de direção, luz de freio, lanterna ou farol. B
- 02.12 Falta ou defeito em retrovisor interno e/ou externo. B
- 02.13 Falta ou defeito em velocímetro, odômetro, tacógrafo, extintor de incêndio, triângulo ou em outro equipamento obrigatório exigido, pela TCB, para o serviço. B
- 02.14 Falta ou defeito no funcionamento de buzina, limpador de para-brisa, motor de partida ou alçapão do teto. B
- 02.15 Defeito ou falta de cinto de segurança. B
- 02.16 Defeito que implique risco para a segurança de passageiro ou do trânsito em geral. C
- 02.18 Defeito que cause poluição sonora ou atmosférica superior aos limites previstos na legislação vigente. C
- 02.19 Falta o de controle de passageiro transportado (planilha de frequência), ou de viagem realizada, conforme especificado, pela TCB, para o serviço. C
- 02.20 Utilizar pneu que resulte em risco para a segurança de passageiro ou de terceiro. C

Obs.: Composição (Item, descrição da infração, grupo).

ANEXO II

TABELA DE CÁLCULO DOS VALORES DAS PENALIDADES

GRUPO DE INFRAÇÃO	COEFICIENTE - CI	COEFICIENTE - CI
A	ADVERTÊNCIA	20
B	20	40
C	40	80

1) - Número a ser considerado para cada tipo de infração, segundo o grupo a que pertença e a natureza do infrator, se primário ou reincidente; esse número deverá ser multiplicado pelo valor estabelecido no ANEXO III – A3, de forma a se obter, com esse produto, o valor correspondente à multa.

OBSERVAÇÕES:

a - À cada infração corresponderá uma pontuação prevista para cada grupo, observada a condição de reincidência do infrator, a reincidência será admitida para um intervalo de 180 (cento e oitenta dias).

b – Memória de Cálculo;

- Valor pecuniário (em moeda corrente) – VP.
- Coeficiente da Infração – CI.
- A3 - valor estabelecido no ANEXO III,
- $VP = A3 \times CI$ (valor da multa).

c - A penalidade de cassação ocorrerá conforme previsão contratual.

ANEXO III

O valor para a aplicação das penalidades é de R\$10,95 (dez reais e noventa e cinco centavos), menor valor do Custo por Quilômetro, contratado pela TCB. Valor que poderá ser corrigido anualmente, com início em janeiro de cada ano.



Governo do Distrito Federal
Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília

Presidência

INSTRUÇÃO Nº 172, DE 20 DE AGOSTO DE 2024.

Fixa o fluxo processual para aplicação das penalidades constantes no Encarte "C".

O DIRETOR-PRESIDENTE DA SOCIEDADE DE TRANSPORTE COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA - TCB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do Artigo 34 do [Estatuto Social da TCB](#);

Considerando o disposto nos autos 00095-00001172/2023-39;

Considerando o Relatório Prévio do TCDF (126909305);

Considerando o disposto no Regulamento Encarte C (127651501);

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o fluxo processual sugerido para aplicação das penalidades constantes no Encarte "C" (127651501), conforme descrito no Relatório Circunstanciado nº - TCB/PRES/UCGR 6/2024 (SEI 148503030), consolidado pelo fluxograma visual anexo à presente Instrução.

Art. 2º Delegar a competência de aplicação das penalidades constantes no art. 8º, "a" e "b" (advertência e multa) do Encarte "C" para o Chefe da Seção de Execução de Transporte Escolar (SUPPE/GETRE/SETE), a fim de que o chefe decida ou não pela aplicação da infração ao receber o formulário preenchido e as provas da infração pelo Executor de Contrato e proceda com a notificação da empresa, na forma do art. 21, I e II do Encarte "C", assim como acompanhe a efetiva quitação da multa aplicada.

Art. 3º Delegar a competência de emissão de boleto bancário para cobrança da multa contratual à DAF/GEFIN quando solicitado pela SUPPE, com data de vencimento para até 60 (sessenta) dias do momento da emissão, a fim de possibilitar o pagamento da multa pela Empresa infratora, além de informar a respeito da quitação do boleto quando questionada.

Art. 4º Delegar a competência para julgar eventual defesa prévia para o Gerente do Transporte Escolar (SUPPE/GETRE), na forma do art. 26 e 27 do Encarte "C".

Art. 5º Delegar a competência para julgar eventual recurso administrativo para o Superintendente de Planejamento e Projetos Especiais (SUPPE), na forma do art. 28 do Encarte "C".

Art. 6º Determinar que os Executores de Contrato do Transporte Escolar criem processos independentes de fiscalização via SEI (cadastro específico), vinculado a cada contrato de Transporte Escolar (STCE), a fim de computar o número de pontos por infração cometida para apuração da reincidência (art. 6 e art. 35 do Encarte "C"), no prazo de 10 (dez) dias.

art. 7º Aprovar o Formulário Padrão em anexo à presente Instrução para aplicação das penalidades constantes no art. 8º, "a" e "b" (advertência e multa) do Encarte "C", para assinalação e preenchimento por parte dos Executores de Contrato do Transporte Escolar, na forma art. 17 do Encarte "C".

Art. 8º Esta Instrução entra em vigor na data de sua assinatura.

CHANCERLEY DE MELO SANTANA

Diretor-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **CHANCERLEY DE MELO SANTANA - Matr.0060813-0, Presidente da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília**, em 22/08/2024, às 11:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **149039756** código CRC= **714C763A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SGON QUADRA 6 LOTE ÚNICO BLOCO A - Bairro ASA NORTE - CEP 70610-660 - DF
Telefone(s): (61) 3344-2769
Site - www.tcb.df.gov.br